

A Relevância
Jurídica
da Alienação
Parental

Título
A Relevância Jurídica da Alienação Parental

Autora
Andreia Restolho

Editor
NovaCausa
Edições Jurídicas

NOVA CAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Braga, Portugal
www.novacausa.net

ISBN
978-989-8515-65-0

Design
Vitor Duarte
vitorduartedesign.blogspot.com

Impressão e Acabamento
Manuel Barbosa & Filhos Lda

© 2019, maio
NovaCausa, Edições Jurídicas

A reprodução, total ou parcial, desta obra, por fotocópia ou qualquer outro meio, mecânico ou electrónico, sem prévia autorização dos autores e do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

A Relevância
Jurídica
da **Alienação**
Parental

Andreia Restolho

NOVACAUSA
EDIÇÕES JURÍDICAS

Introdução

A relevância jurídica da Alienação Parental é um tema complexo e, sobretudo, polémico uma vez que tem sido colocada em causa, ao longo dos anos, a base científica da Síndrome de Alienação Parental, o seu reconhecimento e importância legal, apesar de já começar a aparecer alguma jurisprudência, com fundamento em tal patologia, embora ainda muito escassa em Portugal.

Assim, o que nos levou a abordar o tema da Alienação Parental foi o facto de nos apercebermos que, cada vez mais, nos processos de regulação ou alteração do exercício das responsabilidades parentais, os progenitores utilizam a Alienação Parental para afastar os menores do outro progenitor e os menores são lançados no meio de uma “guerra” entre os seus progenitores, a qual não pedem, nem desejam e de que precisam de ser protegidos.

Para além de os menores serem, por vezes, vistos como uma “arma de arremesso” que um dos progenitores pretende usar para atingir o outro progenitor com questões relacionadas com a separação entre os mesmos, sem conseguir muitas das vezes vislumbrar o mal, tanto presente como futuro, que pode fazer aos menores, seus filhos, assim como, sem se importar com os efeitos nefastos que a Síndrome de Alienação Parental lhes pode provocar.

De tal forma, julgamos necessário e imprescindível fazer uma investigação pioneira, em Portugal, no âmbito jurídico, sobre a Alienação Parental, para espoletar reflexões, estudos e discussões subsequentes sobre a temática da Alienação Parental, como já sucedeu em alguns países e está a começar a suceder noutros, como é o caso de Portugal, que

ainda não se encontram suficientemente despertados para esta nova realidade jurídica e daí termos decidido abordar e tratar de forma científica esta temática.

Mas mais, tentaremos ir, igualmente, além na dissecação da temática da Alienação Parental por, após análise atenta da jurisprudência e teorias existentes, advogarmos que a Alienação Parental não existe só entre os progenitores, mas pode também revelar-se entre os cuidadores e os progenitores dos menores, como iremos decompor em relação a dois casos que se tornaram mediáticos e irão ser tratados ao longo da presente tese.

Deste modo, de forma a atingir o ambicionado, no primeiro capítulo serão tratadas as questões gerais relativas a Alienação Parental como o enquadramento da sua evolução histórica e questões psicológicas gerais, tal como a origem e noção de Síndrome de Alienação Parental e Alienação Parental. Para além de alcançarmos tratar também, ainda, neste capítulo as controvérsias existentes, os critérios para a identificação, os tipos e fases, as consequências e efeitos da Síndrome de Alienação Parental e as características e condutas típicas do progenitor alienante.

No segundo capítulo, tratar-se-á, especificamente a relevância e necessidade de enquadramento jurídico do tema, iniciando-se o seu tratamento com uma abordagem sobre o interesse superior do menor. Seguidamente, analisaremos os direitos e deveres dos progenitores e terminaremos com uma breve análise de alguma jurisprudência existente em Portugal para os casos da Síndrome de Alienação Parental.

No terceiro capítulo, debateremos a questão das respostas jurídicas substantivas no caso da Síndrome de Alienação Parental, nomeadamente, o seu enquadramento com a “nova lei do divórcio”, onde tentaremos apurar se a guarda conjunta e a fixação da residência do menor com o progenitor que melhor estabeleça contactos entre o menor e o outro progenitor é ou não uma nova solução da lei para os casos de Alienação Parental. Posteriormente, por relevante para a presente temática, decomporremos detalhadamente e questionaremos a existência da escassa jurisprudência em Portugal, nos casos da Síndrome de Alienação Parental, para além de pretendermos relacionar esse facto com o aparecimento de casos

mediáticos não diagnosticados como Alienação Parental. Para além de, seguidamente, projectarmos investigar a justificação para, no caso da existência de indícios da Síndrome de Alienação Parental, num processo de regulação ou alteração do exercício das responsabilidades parentais, sabermos qual a melhor atitude a tomar pelos juízes, procuradores do ministério público e advogados, para a protecção dos superiores interesses dos menores. *A posteriori*, abordaremos a relevância da jurisdição voluntária na decisão dos processos de regulação ou alteração do exercício das responsabilidades parentais em que existam indícios da Síndrome de Alienação Parental, nomeadamente, o poder dos juízes. No final deste capítulo, analisaremos ainda, qual o caminho a seguir nos tribunais portugueses quando se detectem indícios da Síndrome de Alienação Parental.

Por fim, o quarto e último capítulo, serão dedicados à prova da Síndrome de Alienação Parental, começando por nos debruçarmos sobre a questão da audição dos menores nas situações de Alienação Parental. De seguida, comentaremos os meios de prova judiciais no sentido de saber como fazer a demonstração da existência da Alienação Parental num processo judicial de regulação ou alteração do exercício das responsabilidades parentais. Para terminarmos o presente estudo, examinaremos e perspectivaremos qual a melhor orientação a seguir no ordenamento jurídico português relativamente aos casos de Alienação Parental.

Em suma, no decorrer da presente dissertação vamos, principalmente, tentar alertar para a problemática da Alienação Parental, procurando criar uma visão profunda e cuidada sobre esta realidade.

Sendo certo que não poderemos deixar de evidenciar, desde já, que a maior dificuldade encontrada na investigação foi o ainda escasso tratamento jurídico existente sobre esta temática em Portugal. Esperamos que este panorama se altere no futuro e que a presente dissertação contribua de alguma forma nesse sentido. Afinal, o nosso trabalho tem como propósito sensibilizar o legislador e os operadores do direito para a necessidade de um tratamento mais atento e cuidado da temática da Alienação Parental.

Índice

Resumo	5
Resume	11
Introdução	17

Capítulo I **Alienação Parental – evolução histórica** **e questões psicológicas gerais**

1.1. Origem e noção da Síndrome de Alienação Parental e Alienação Parental	23
1.2. Controvérsias existentes em torno da SAP	26
1.3. Critérios para a identificação da SAP	29
1.4. Tipos e fases da SAP	33
1.5. Consequências e efeitos da SAP	38
1.6. Características e condutas típicas do progenitor alienante	41

Capítulo II **Necessidade de um enquadramento jurídico** **para as situações de SAP**

2.1. Interesse superior do menor	47
2.2. Direitos e deveres dos progenitores	58
2.3. Jurisprudência	65

Capítulo III

Respostas jurídicas substantivas nos casos de SAP

3.1. Enquadramento da SAP com a “nova lei do divórcio” – guarda conjunta e a fixação da residência habitual do menor com o progenitor que melhor estabeleça contactos entre o menor e o outro progenitor	75
3.2. Jurisprudência escassa em Portugal nos casos de SAP – o porquê da não identificação desta nova realidade conjugado com o aparecimento de novos casos mediáticos não diagnosticados como tal	87
3.3. No caso da existência de indícios de SAP qual a melhor atitude a adoptar pelos juízes, procuradores do ministério público e advogados?	95
3.4. A relevância da jurisdição voluntária nos processos em que existam indícios de SAP – o poder dos juízes	105
3.5. Qual a direcção a seguir nos tribunais portugueses quando existam indícios de SAP	112

Capítulo IV

A prova da SAP

4.1. Numa situação de SAP deve o menor ser ouvido?	119
4.2. Meios de prova judicial – como fazer prova da existência de SAP num processo judicial?	136
4.3. Qual a melhor orientação a seguir no ordenamento jurídico português relativamente aos casos de SAP?	152
Considerações finais	163
Bibliografia citada	169